

ENCERRAMENTO

(integra a ata da 27ª sessão extraordinária do Plenário do Supremo Tribunal Federal, realizada em 25 de setembro de 2025 - DJe de 6 de outubro de 2025)

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Prezados Colegas, farei uma prestação de contas. Para não ficar mais aborrecida do que o necessário, pedi para prepararem um PowerPoint para que possamos visualizar a prestação de contas da gestão desses dois anos. A prestação de contas, eu vou fazer do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça simultaneamente.

Desde logo, eu queria agradecer mais uma vez, registrando aqui a presença de muitas pessoas queridas, inclusive do presidente da AMB, Frederico Mendes, e do presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e do Consepre, Francisco de Oliveira Neto. Queria agradecer muito especialmente aqui no Supremo à minha Secretária-Geral, Aline Osório, minha Chefe de Gabinete, Fernanda de Paula, e ao Diretor-Geral, Eduardo Toledo. No CNJ, à Secretária-Geral, Adriana Cruz, minha Chefe de Gabinete, Leila Mascarenhas, e aos Secretários de Projetos Frederico Montedonio e Gabriel Matos.

Esses foram, prezados Colegas, os principais eixos da gestão: integridade e qualidade do Judiciário, racionalização do excesso de litigiosidade, promoção de direitos fundamentais, sustentabilidade, comunicação com a sociedade, uso da tecnologia, relações com a magistratura, relações internacionais, investimento em soluções consensuais, os nossos principais julgamentos e algumas outras iniciativas.

Começo pelo eixo integridade e qualidade, em que nós criamos o exame nacional de magistratura e já temos, prezados Colegas, um total de 16 mil candidatos habilitados no exame nacional e, portanto, que podem prestar o concurso nos tribunais estaduais, federais ou trabalhistas, dos quais 4.514 são candidatos negros, 1.680 pessoas com deficiência e 30 indígenas. Criamos também um exame nacional de cartórios pela mesma lógica de integridade. Os tribunais continuam a fazer os seus concursos, mas têm que passar no exame nacional, que é conduzido pelo CNJ.

Voltando um minuto, o primeiro exame nacional de magistratura foi coordenado pelo Ministro Mauro Campbell Marques e os dois seguintes pelo Ministro Benedito Gonçalves, com grande competência. O exame nacional de cartórios também foi coordenado pelo Ministro Mauro Campbell Marques e conseguimos realizar, depois de 36 anos de Constituição, o primeiro concurso em Alagoas. Aqui, queria agradecer ao Desembargador Marcelo Berthe, do Tribunal de Justiça de São Paulo. O CNJ precisou fazer uma intervenção no tribunal para a realização desse processo conduzido pelo Desembargador Berthe.

Na racionalização da litigiosidade, nós tivemos grande sucesso na política para execuções fiscais, com uma decisão aqui do Supremo, da relatoria da Ministra Cármen Lúcia, e com uma resolução do CNJ, quando nós exigimos o prévio protesto da certidão da dívida ativa antes do ajuizamento. Em pesquisa, confirmamos que o protesto arrecada mais de 20% do valor

que se pretende recuperar; e a execução fiscal, menos de 2%. De modo que o Supremo decidiu e o CNJ regulou que o protesto é um meio mais eficiente e deve ser apresentado antes da execução fiscal. Também extinguimos todas as execuções fiscais até R\$ 10 mil de valor histórico que estavam sem movimentação útil há mais de um ano, ou seja, sem penhora, ou citação. Cumprindo o Código de Processo Civil, determinamos a extinção de todas as execuções fiscais ajuizadas sem CNPJ e sem CPF.

Com isso nós conseguimos o extraordinário resultado de extinguir 13 milhões de execuções fiscais e reduzir o acervo em um terço e o número de novas execuções, como se exige o protesto, caiu 37%. E houve um efeito colateral, Ministro Flávio Dino, que não foi antecipado, mas que se produziu, que foi um aumento expressivo na arrecadação nos municípios pela exigência do protesto, porque muitas vezes, por circunstâncias políticas, essas execuções fiscais, sobretudo de IPTU, eram ajuizadas e deixadas paradas, e, portanto, fazia estatística negativa para o Judiciário e não gerava arrecadação. Agora, como tem que protestar, gera arrecadação para os municípios.

Na litigiosidade trabalhista, nós aprovamos uma resolução que prevê que, se empregador e empregado estiverem de acordo no ato da rescisão, assistidos por advogados, o termo de rescisão pode ser levado à homologação da Justiça do Trabalho e, uma vez homologado, fica vedado o ajuizamento de reclamação trabalhista. Com isso nós pretendemos diminuir a litigiosidade trabalhista no país, sem desprestigiar a Justiça do Trabalho que, em vez de jurisdição contenciosa, vai exercer jurisdição voluntária.

Na Previdência também tomamos diversas medidas. As principais foram a teleperícia e uma quesitação unificada na fase administrativa e judicial. Fizemos resoluções contra a chamada litigiosidade abusiva.

E aqui, Presidente, Ministro Fachin, porque Vossa Excelência vai herdar o problema, nós temos no Brasil uma imensa litigiosidade contra o Poder Público. Na verdade, nós vivemos no Brasil uma epidemia de litigiosidade.

Nós fizemos um mapeamento, com uma pesquisa muito ampla, e identificamos as cinco áreas de concentração da litigiosidade contra o Poder Público. Previdência, tributário, servidor público, trabalhista e saúde respondem por mais de 90% das ações contra a União, estados e municípios. E nós, agora, contratamos uma consultoria com o apoio do BNDES para ajudar a pensar - e aí isso já ficará para a gestão de Vossa Excelência - soluções legislativas, administrativas e jurisprudenciais que possam enfrentar essa litigiosidade, inclusive com um estudo de Direito Comparado.

Nós também estabelecemos que os inventários, mesmo com menores, podem ser feitos em cartório desde que haja concordância do Ministério Público, o que também simplifica imensamente a vida, abreviando o prazo de mais de um ano para algumas semanas nos inventários.

Com isso, esse conjunto de medidas, nós conseguimos reduzir o acervo total do Poder Judiciário em 3,5 milhões de processos. Portanto, nós caímos de 83,8 milhões de processos para 80,5 milhões de processos, melhor resultado da série histórica do Justiça em Números desde 2004.

Aqui no Supremo, com a gestão proativa dos recursos na presidência e com a produtividade dos ministros, nós conseguimos reduzir o acervo em quase 19% e hoje nós temos cerca de 19 mil processos. É o menor estoque desde 1993. No tema dos direitos fundamentais, nós implementamos a resolução, foi aprovada pela Ministra Rosa Weber no último dia de gestão, prevendo a paridade de gênero na promoção para os tribunais de justiça e tribunais de segundo grau. A resolução prevê que, se um homem tiver sido aprovado para uma vaga por merecimento, a vaga seguinte necessariamente tem de ser de uma mulher. Nós enfrentamos muitas dificuldades na implementação, com resistências administrativas e judiciais, mas felizmente conseguimos que prevalecesse o entendimento, a começar pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Eu queria aqui deixar registrado o agradecimento ao Presidente Fernando Torres Garcia, que foi um grande parceiro. O Tribunal de Justiça de São Paulo é o maior tribunal do país, responde por mais de 30% das ações. Foi um precedente muito importante, e nós já conseguimos promover, em todo o Brasil, 31 mulheres para os tribunais de justiça e os tribunais regionais, federais e trabalhistas.

No tocante ao combate ao racismo no sistema de justiça, aprovamos um protocolo de julgamento com perspectiva racial e o acesso à justiça de comunidades quilombolas e um programa de bolsas de estudo para candidatos negros à magistratura, em que nós demos bolsas de R\$ 3 mil para os 124 primeiros candidatos negros colocados no exame nacional e cerca de 450 bolsas de estudo gratuitas em cursos preparatórios para esses candidatos negros aprovados. Esses recursos foram obtidos na iniciativa privada, são geridos pela Fundação Getúlio Vargas, e nós já conseguimos, em pouco tempo, a aprovação de cinco candidatos negros que anteontem estiveram no CNJ. É comovente ouvir o depoimento dessas pessoas, de onde vieram e aonde conseguiram chegar por políticas.

E aqui, Ministra Cármen Lúcia, não é uma política de cotas, é uma política de qualificação para torná-los mais competitivos, o que funcionou muito bem.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA:

Só para eu entender, Presidente, a bolsa é dada para que eles participem dos cursos preparatórios?

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Não, a bolsa de R\$ 3 mil é dada para os 124 primeiros colocados. Além das bolsas para esses 124, nós demos mais 444 vagas gratuitas em cursos preparatórios. Portanto, tem uma ajuda de custo para 124 e bolsa para os demais.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA:

São mais de 500, quase 600 bolsas.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

São mais de 500 bolsas.

Com isso - e essa talvez tenha sido, Ministra Cármen, a política pública mais importante que se pôde realizar -, com o exame nacional, nós vamos criar um padrão nacional de magistratura, eliminar o rumor de coisas erradas e vamos tornar o Judiciário mais feminino e com mais diversidade. E penso que vai produzir um impacto de médio prazo relevante para o Judiciário brasileiro.

Nós aqui, por determinação do Supremo, elaboramos, no CNJ, o Plano Pena Justa para o sistema prisional e elaboramos a regulamentação do juiz das garantias, também por resolução do CNJ. Queria agradecer aqui ao Conselheiro José Rotondano, que teve um trabalho muito especial nessa matéria. E, anteriormente, agradecer ao Juiz Luís Lanfredi, que foi quem coordenou a elaboração do Plano Pena Justa.

Tivemos uma medida simbolicamente importante para quem conviveu com a ditadura, que foi a retificação das certidões de óbito das pessoas que foram mortas pelo regime militar, uma satisfação às famílias. Fizemos a mesma coisa com as vítimas da chacina de Acari. Eu mesmo pedi desculpas, em nome do Estado brasileiro, tanto às vítimas da ditadura quanto às vítimas da chacina.

Conseguimos, o Poder Judiciário brasileiro, transferir, das penas pecuniárias que tinha em depósito, mais de 200 milhões de reais para a Defesa Civil do Rio Grande do Sul para enfrentar as inundações, depósitos feitos na conta da Defesa Civil. No plano da sustentabilidade, nós celebramos, com os outros três Poderes, um pacto pela transformação ecológica, prevendo ordenamento territorial e fundiário, transição energética e desenvolvimento sustentável com justiça social, ambiental e climática. E o Congresso já aprovou legislação regulando a eólica.

O SENHOR MINISTRO FLÁVIO DINO:

E o Sistema Nacional de Combate ao Fogo também.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

O Sistema Nacional de Combate ao Fogo e o Sistema de Transmissão por Energia Eólica, muito importante.

No Conselho Nacional de Justiça, por resolução, nós exigimos, de todos os tribunais do país, a elaboração do inventário das emissões, uma adoção de medidas para a redução das emissões de carbono e compensações dessas emissões para o Judiciário ser carbono zero até 2030. Isso ainda está em curso, Ministro Fachin, boa parte ainda estará na gestão de Vossa Excelência.

O Supremo já é carbono zero. Nós abolimos as garrafas plásticas, trocamos a iluminação por lâmpadas LED, renovamos a frota de automóveis para veículos híbridos, instalamos uma usina fotovoltaica ali no telhado do anexo 2, fizemos acordo com a Neoenergia para fornecimento de energia fotovoltaica, plantamos 5.500 mudas de árvores aqui no Bosque dos

Constituintes, temos uma parceria com a Ambipar para compensação de medidas mediante créditos de carbono. E queria agradecer, por esses empreendimentos, à assessora Teresa Melo.

Comunicação com a sociedade, nós criamos, depois de todo julgamento importante do Plenário, uma informação à sociedade com um resumo do que foi decidido em linguagem simples, papos, questões jurídicas, fundamento da decisão, votação e resultado do julgamento. Fizemos, com 90 tribunais do país, um pacto pela linguagem simples, Ministro Flávio Dino, para não transformar a linguagem em uma fonte de poder e exclusão, para escrever e falar com o sujeito verbo e predicado, sempre que possível nessa ordem, não utilizar palavras desnecessariamente difíceis sem prejuízo da precisão técnica e a desnecessidade de repetição da nominata em eventos públicos, que eu considero revolucionário, porque quem já foi a evento público no Brasil, cada um dos oradores renovava a nominata, mas abolimos esta disfunção aqui no âmbito do Poder Judiciário.

Querida agradecer de coração aos muitos colegas que apoiaram a padronização das ementas, e agora quase todas as decisões dos tribunais do país, os casos decididos definitivamente, vem com o cabeçalho e depois um parágrafo sobre o caso em exame, um parágrafo sobre a questão jurídica em discussão, um parágrafo sobre as razões de decidir e um parágrafo com a conclusão, o dispositivo e a tese, o que faz com que qualquer pessoa, com muita simplicidade, possa entender o que foi decidido.

Nós criamos aqui, em matéria de comunicação social - queria agradecer e cumprimentar de coração a Mariana de Oliveira, nossa Secretária de Comunicação Social, que conduziu todos esses projetos -, nós criamos um app da TV Justiça. Todo mundo, pelo telefone celular, pode acompanhar as sessões e resgatar qualquer sessão pretérita do Tribunal. Criamos também um canal oficial do Supremo no WhatsApp, que recebeu o primeiro lugar no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça de 2024.

Criamos também, no site do Supremo, uma página, uma aba com os casos relevantes e selecionamos 50 casos decididos desde a Constituição de 1988 e temos um resumo desses casos em português, inglês e em espanhol. Criamos a Ouvidoria do Supremo, que é conduzida pela Flávia Carvalho, queria aqui registrar, e criamos também uma Ouvidoria da mulher.

Fizemos campanhas institucionais contra a violência doméstica - Não fique em silêncio, Antes que aconteça, Sinal vermelho contra a violência doméstica - e uma ação específica pelas meninas e mulheres do Marajó, onde existe ainda uma grande incidência de abuso sexual infantil, uma pequena tragédia brasileira que nós estamos procurando enfrentar. Quanto ao uso de tecnologia, embora isso impacte mais o público interno do Judiciário, essa talvez tenha sido uma das transformações mais importantes. Quando assumimos a Presidência, os diferentes tribunais tinham sistemas diferentes de processos eletrônicos; o Rio Grande do Sul usava o Eproc, o Rio de Janeiro usava o PJS, São Paulo usava o E-SAJ, e eles não falavam entre si.

Nós conseguimos criar, com esse portal de serviços do Poder Judiciário, uma interface única, de modo que não importa o sistema que cada tribunal esteja usando - para o usuário é a mesma cara, o mesmo rosto. Portanto, nós unificamos os

sistemas para o usuário e, com os avanços da tecnologia, passou a ser possível o acompanhamento por qualquer pessoa de qualquer processo judicial em tramitação no país. Basta entrar no site do CNJ e colocar o número do processo ou o nome das partes.

Todos os advogados do país podem fazer o peticionamento inicial ou intercorrente on-line, ninguém precisa mais, Ministro Zanin, ir fisicamente a qualquer tribunal para a atuação de peticionamento. Nós criamos mecanismos de notificação eletrônica e criamos o domicílio judicial eletrônico. Todas as empresas do país têm agora um domicílio judicial eletrônico. As intimações e notificações são feitas on-line, e os oficiais de justiça, que perderam boa parte da sua tarefa, nós fizemos uma resolução transformando-os em agentes de inteligência patrimonial para buscar patrimônio dos devedores no caso das execuções. E aprimoramos o sniper, que é uma ferramenta que permite ao juiz com um único acesso, com uma única senha, procurar bens do devedor nas bases de dados do Banco Central, dos registros de imóveis e dos detrans.

Uma inovação muito importante que acabou de entrar em vigência, o Sistema Nacional de Precatórios e de Requisições de Pequeno Valor, o Sispreq. A partir de agora, todos os precatórios, que são um dos calcanhares de Aquiles do Judiciário Brasileiro, desde o momento da requisição até o momento do pagamento, inclusive os reajustes, têm a sua vida feita automaticamente e on-line pelo sistema nacional de precatórios. Boa parte dos problemas que aconteciam eram relacionados à atualização desses valores, tanto a atualização quanto a cessão dos precatórios passa a constar de um registro público.

O portal de serviços tem um gabinete do juiz, que ajuda o juiz a controlar o acervo da vara e a minutar decisões, e se criou, ainda em fase piloto, um sistema para bloqueio, custódia e liquidação de criptoativos por ordem judicial.

Isso tem pouca visibilidade para o público externo, mas para a comunidade jurídica é uma transformação muito relevante. Eu costumava brincar com o pessoal da TI - da tecnologia de informação -, sempre que se perguntava como estava alguma coisa, eles diziam que estava em desenvolvimento. E todos os meus antecessores diziam que estava prometido do ano passado para o ano que vem.

Mas preciso dizer que fomos muitíssimo bem servidos com os avanços tecnológicos tanto aqui, com a Natacha, no Supremo Tribunal Federal, quanto no Conselho Nacional de Justiça. Queria agradecer aos juízes Dorotheo Barbosa e Alexandre Libonati e aos demais que participaram desses projetos.

Fizemos a regulação do uso de inteligência artificial pelo Poder Judiciário. O então Conselheiro Luiz Fernando Bandeira coordenou um belíssimo trabalho. Aqui, no Supremo, nós já tínhamos, desde a gestão da Ministra Cármen Lúcia, algumas ferramentas importantes: Victor, VitorIA, depois Rafa e temos agora a MARIA, que é capaz de elaborar a minuta da ementa no modelo padrão, elabora relatórios e resumos dos processos e análise inicial de reclamações.

Já estão em estudo, mas ainda não em aplicação, os programas que são capazes de elaborar minutas, mas é um tema, Ministra Cármen Lúcia, Ministro Alexandre, que nós estamos trabalhando com muito cuidado, porque há muitos riscos envolvidos e, em nenhuma hipótese, o juiz pode abdicar do dever de decidir - dou provimento, nego provimento, julgo

procedente, julgo improcedente. A ideia é ter no futuro uma ferramenta que ajude a fundamentação sob revisão e supervisão judicial.

No volume que nós trabalhamos, nós aqui no Tribunal e nos tribunais em geral, essa pode ser uma ferramenta útil, mas não me pareceu próprio ainda, Ministro Fachin, lançá-la em caráter definitivo, porque acho que é preciso fazer mais testes, é preciso amadurecer o uso da inteligência artificial neste campo. Mas, para bem e para mal, eu acho que esse é o futuro, sobretudo num Judiciário que tem mais de 80 milhões de processos em curso: a ajuda de ferramentas tecnológicas.

Como perguntou a Luna Barroso, por acaso é a minha filha, numa discussão sobre o uso da inteligência artificial, depois de constatar que num determinado tribunal os processos eram julgados em oito minutos, a pergunta é: temos direito a uma decisão humana, ou temos direito a uma decisão de qualidade? Portanto, acho que esse é um debate que, em algum momento, nós vamos ter, mas é preciso amadurecer isso com a calma necessária.

Nós passamos a ter a tramitação eletrônica dos processos sigilosos. Vai acabar a circulação de papel aqui no Supremo, com os riscos maiores de vazamento.

Nas relações com a Magistratura, aqui representada pelo Frederico Mendes e pela Vanessa Mateus, nós tivemos diálogos com a magistratura e fomos a 20 estados da federação, conversávamos com a direção dos tribunais, depois nos reunimos com os juízes de direito, federais e trabalhistas para ouvir os problemas as questões e pensarmos juntos soluções.

Eu mesmo fazia, geralmente na parte da manhã, uma palestra motivacional em escolas de ensino médio, experiência fascinante de conversar com os jovens, complementando um programa que nós temos aqui, que a Flávia Carvalho conduziu, que é o STF na Escola.

Aprovamos a resolução de simetria entre Magistrados e Ministério Público, como impõe a Constituição, e proibimos a concessão de novos benefícios retroativos por decisão administrativa.

Nas relações internacionais, realizamos no ano passado, no Rio de Janeiro, o Encontro de Presidentes de Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais dos países integrantes do G-20, que foi um sucesso, foi muito bacana. E realizamos este ano o Encontro de Presidente das Supremas Cortes Latino-americanas aqui em Brasília.

Eu mesmo estive pessoalmente em visitas institucionais às Supremas Cortes ou Cortes Constitucionais da África do Sul, Alemanha, China, Estados Unidos, da França, Índia, Itália e Japão, além da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Ministro Edson Fachin, representando o Tribunal, esteve também em visitas a outros países, inclusive Argentina, Equador, Peru e Colômbia.

Nós investimos muita energia em continuação ao Programa de Soluções Consensuais de Litígios, especialmente no caso de Mariana, em que conseguimos um acordo de 170 bilhões para estados, municípios e vítimas pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, evitando que as principais decisões nessa matéria fossem tomadas pela justiça inglesa, depois complementada por uma importante decisão do Ministro Flávio Dino.

Fizemos também acordo com o Governador Tarcísio de Freitas, de São Paulo, para a colocação de 15 mil câmeras nas fardas dos policiais militares de São Paulo.

Fizemos um acordo com o Prefeito Eduardo Paes, do Rio de Janeiro, para pôr fim a uma disputa sobre a encampação da concessão da Linha Amarela, que havia sido feita em gestões anteriores à dele, e conseguimos a redução do pedágio em troca de um reajuste anualizado.

No que diz respeito ao então chamado "orçamento secreto" e emendas parlamentares, nós conseguimos, em diálogo com os três Poderes, estabelecer algumas cláusulas de compromisso para a aplicação desses recursos, o que vem sendo acompanhado e implementado pelo Ministro Flávio Dino.

Aqui alguns dos principais julgamentos do Plenário, prezados Colegas. Eu diria que, em um ano, nós temos mais casos emblemáticos do que algumas das principais cortes do mundo em muitos anos. A questão da responsabilidade civil das plataformas digitais; a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal; o estado de coisas inconstitucional no sistema prisional; a letalidade policial no Rio de Janeiro; o transporte público gratuito e regular em dia de eleições, uma medida muito importante, porque as pessoas mais pobres não têm R\$ 8 reais para gastar e comparecer às eleições; a questão da omissão inconstitucional na regulação da licença-paternidade; proteção da Amazônia e do Pantanal, em ações que tiveram como relatores a Ministra Cármen Lúcia, o Ministro Flávio Dino e o Ministro André Mendonça; os critérios para fornecimento de medicamentos não incorporados no SUS por decisão judicial, um impacto importante na judicialização da saúde; a sujeição da execução de emendas parlamentares a regras de transparência, rastreabilidade e controle público; coisa julgada em relações tributárias de trato sucessivo; possibilidade de investigação criminal pelo Ministério Público sem a polícia; o tema grave do assédio judicial a jornalistas; a correção dos depósitos do FGTS; a prisão imediata após a condenação pelo Tribunal do Júri e a desintrusão bem-sucedida, felizmente, de 10 terras indígenas. Em dois anos, esses foram alguns dos casos. Acesso de pessoas transexuais e travestis a políticas públicas de saúde; regras para a concessão de tratamentos fora do rol da ANS, que resolvemos na semana passada. Com a decisão sobre o serviço público, SUS, e a ANS, nós temos a expectativa de produzir um impacto relevante sobre a judicialização da saúde, diminuindo-a.

Impossibilidade, Ministra Cármen Lúcia, Vossa Excelência foi a Relatora, de questionamento sobre vida pregressa da vítima em processos criminais de violência contra a mulher; direito da gestante contratada por prazo determinado ou cargo em comissão à licença-maternidade; Convenção da Haia sobre a subtração internacional de criança.

Eu queria ter acrescentado um caso do Ministro Toffoli, que foi a vedação do argumento de legítima defesa da honra em casos do Júri, mas ele foi julgado no finalzinho da gestão da Ministra Rosa Weber e não na minha gestão, mas é uma oportunidade para homenagear aqui a queridíssima Ministra Rosa Weber, a quem tive a honra e o prazer de suceder.

Muitas das coisas que implementei foram continuidade das políticas que ela havia iniciado.

Nós fizemos uma itinerância cooperativa, que é uma visita a lugares remotos do Brasil levando oito eixos - ambiental, previdenciário, saúde, trabalhista, fundiário, indígena, cidadania, infância e adolescência. Estivemos nos Municípios de

Humaitá e Lábrea, onde fizemos 15 mil atendimentos, e nos Municípios de Xapuri e Boca do Acre, com 10 mil atendimentos. É preciso ver a alegria e a felicidade das pessoas quando recebem a sua aposentadoria, pessoas que não tinham acesso minimamente aos serviços públicos.

Estive pessoalmente, com a minha equipe, em visitas institucionais a Altamira, Quilombo dos Palmares, ao Vale do Javari, Tabatinga, Atalaia do Norte, aldeias indígenas - Matis e Nova Geração e as aldeias Ianomamis, na região do Surucucu, onde fica o pelotão de fronteira, bem como na Ilha de Marajó, onde estive com a Conselheira do CNJ Renata Gil tentando enfrentar, com o Direito Penal, mas também com a mudança de cultura, o tema do abuso sexual infantil.

Fizemos muitos eventos - e aqui vou acelerar - e muitas publicações também. E aqui, na governança do Supremo Tribunal Federal, nós passamos a ter um economista de qualidade, Guilherme Rezende, que elaborou para todos que solicitamos estudos de impacto econômico, financeiro e orçamentário das matérias trazidas ao Tribunal, entre outras tarefas. Tivemos sessões específicas para sustentação oral, elaboramos a atualização do Regimento Interno, que agora está em fase de deliberação, retornamos o julgamento das ações penais para as Turmas, evitando a prescrição em razão do congestionamento do Plenário, e ampliamos o programa de combate à desinformação.

Ainda no Supremo, espero que todos tenham reparado, que também considero um marco muito bonito, a iluminação do prédio em verde, amarelo e azul, um resgate das cores brasileiras para todos os brasileiros. A democracia tem lugares para liberais, para conservadores, para progressistas. Ninguém é dono da bandeira, ninguém é dono das cores nacionais, assim como ninguém tem o monopólio da verdade, nem da virtude, nem do amor ao Brasil. Somos uma nação em que todo mundo procura fazer o melhor possível.

Inauguramos o Espaço Servidor, uma área muito importante; ampliamos o berçário; avançamos na fase 2 do Museu do Supremo e na fase 3, que vai permitir o acesso pela Praça dos Três Poderes; modernizamos os equipamentos de segurança; fizemos a valorização das pessoas com bolsas de mestrado em diferentes instituições; e avançamos na aplicação da Lei LGPD, recebendo inclusive premiação por essa razão.

Conselho Nacional de Justiça: nós conseguimos a aquisição do prédio do Conselho Nacional de Justiça com uma verba extra que obtivemos. Fizemos concurso público para servidores e já nomeamos 84. E para não deixar o caixa vazio para o Ministro Edson Fachin, nós criamos, no finalzinho da gestão, um fundo pelo qual os fundos especiais que todos os estados agora têm vão passar 1% para o Conselho Nacional de Justiça, não apenas porque ele exerce poder de polícia, mas porque o serviço de tecnologia da informação do CNJ presta serviço para todos os tribunais. Portanto, o fundo é uma modesta remuneração por esses serviços prestados.

Essas são, prezados Colegas, algumas das realizações que, com apoio de todos e da minha assessoria e da minha equipe, muitos aqui presentes para minha alegria, conseguimos. Pulei as publicações da Secretaria de Altos Estudos,

dirigida pela Professora Patrícia Perrone Campos Melo, com muitas realizações e muitos eventos. Foi uma alegria ter tido a sua colaboração.

Com isso, eu fiz a minha prestação de contas e faço, em duas páginas, o meu pronunciamento de encerramento da gestão.

Queridos Colegas, chego ao fim da minha gestão feliz com o que conseguimos fazer em termos de relações com os outros Poderes, com a sociedade e com nosso convívio interno. A vida me deu a bênção de servir ao país como Ministro do Supremo e, nesses últimos anos, como seu Presidente, sem ter nenhum outro interesse ou motivação que não fosse fazer o certo, o justo e o legítimo, e procurar fazer um país melhor e maior.

Há um debate recorrente e relevante na sociedade brasileira sobre o chamado protagonismo do Supremo Tribunal Federal. Isso, de fato, ocorre em alguma medida, e as causas são bem claras e conhecidas: uma Constituição abrangente, que traz para o Direito matérias que, em outros países, são deixadas para a política; a facilidade de acesso ao Tribunal por diversas ações diretas; e um grande número de atores que têm direito de propositura dessas ações.

A isso se somam ainda outros fatores como, por exemplo, a competência criminal ampla, o fato de que a política com frequência provoca a atuação do Tribunal, porque todos os partidos com representação no Congresso podem acionar o Supremo por ações diretas, e o fato de que, num mundo polarizado, o Congresso Nacional nem sempre consegue legislar sobre algumas matérias por falta de consenso. Porém, os casos chegam ao Tribunal, e nós precisamos julgá-los.

Há complexidades e problemas nesse modelo que reserva para o Supremo Tribunal Federal esse papel. Porém, cabe enfatizar que, com todas essas circunstâncias, esse é, Ministro Gilmar, o arranjo institucional que nos proporcionaram 37 anos de democracia e estabilidade institucional sob a Constituição de 1988. Nesse período, não houve desaparecidos, ninguém foi torturado, ninguém foi aposentado compulsoriamente. Todos os meios de comunicação, impressos ou digitais, manifestam-se livremente. Ou seja, apesar do custo pessoal dos seus Ministros e do desgaste de decidir as questões mais divisivas da sociedade brasileira, o Supremo Tribunal Federal cumpriu - e bem, eu assim penso - o seu papel de preservar o Estado de Direito e de promover os direitos fundamentais. Aqui entre nós, mulheres, negros, comunidade LGBTQIA+, pessoas com deficiência e populações indígenas tiveram acolhimento e tiveram os seus direitos protegidos.

Encerro a minha presidência cumprimentando e agradecendo a todos os juízes brasileiros que cumprem com integridade e dedicação o seu trabalho. Nas minhas andanças pelo Brasil, fiquei sabendo que há lugares em que os juízes levam dois dias de barco para chegar ao local do seu trabalho e levar a presença do Estado, e levar a presença da Justiça. Moram em comunidades muitas vezes precárias, algumas sem luz elétrica, sem internet, pessoas que se sacrificam para cumprirem bem o seu papel.

Agradeço também aos quase 300 mil servidores do Poder Judiciário, inclusive e especialmente os do Supremo Tribunal Federal, que me ajudaram no meu trabalho e que anonimamente fazem a máquina do Judiciário funcionar atendendo a todos os brasileiros.

Agradeço muito especialmente à minha assessoria competente e dedicada, amiga, que me ajudou a realizar todos os projetos a que me dediquei nesses dois anos.

Gostaria de agradecer muito especialmente, do fundo do coração, a todos os Ministros, Colegas e amigos aqui do Supremo, pela parceria, pelo apoio, pela coragem e pela relação construtiva e harmoniosa que tivemos. Tenho muito orgulho de ter dividido com todos a aventura de defender a Constituição, a democracia e a Justiça nesse país complexo mas fascinante que todos amamos.

É motivo de alegria para mim e uma sorte para o país saber que o Tribunal estará agora nas mãos honradas e sob a mente brilhante do meu querido amigo de quase toda a vida, Luiz Edson Fachin. Uma das melhores pessoas que conheci ao longo de toda a minha jornada, que já vai longa.

Muito obrigado a todos.

Muito grato de coração.

Passo a palavra ao nosso Decano, Ministro Gilmar Mendes.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES:

Senhor Presidente, Ministro Luís Roberto Barroso, Senhores Ministros, Senhora Ministra, minha amiga Cármen Lúcia, Senhor Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União, demais autoridades presentes, Senhor Vice-Presidente, futuro Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Há dois anos, após termos atravessado um período turbulento e sombrio, cuja culminância foi o infame episódio do 8 de Janeiro, afirmava eu, Ministro Barroso, que a posse de Vossa Excelência, como Presidente desta Corte, tornava palpável a certeza de que o Supremo havia sobrevivido. Vossa Excelência, no mesmo sentido, em seu discurso de posse, disse que a democracia tinha vencido. Mal sabíamos que, depois da tempestade, viria a enxurrada.

Hoje, após uma nova rodada de ataques de violência e ousadia inéditas que irromperam sobre esta Corte durante sua Presidência, posso asseverar, novamente, com renovada convicção: o Supremo Tribunal Federal sobreviveu. É, portanto, com um sentimento de reconhecimento que tomo a palavra nesta sessão, que marca o encerramento do ciclo em que Vossa Excelência esteve à frente da mais alta Corte do país.

O período que ora se encerra ficará registrado nos anais da nossa história institucional como um dos mais complexos da trajetória desta Corte centenária e, conseqüentemente, da democracia brasileira. Coube a Vossa Excelência conduzir o Tribunal em meio a uma ofensiva sem precedentes, com o escopo de desacreditar a Justiça brasileira, de vergar este Supremo aos interesses de um grupelho político e de submeter a soberania nacional às conveniências ideológicas de outras nações. Situação insólita que exigiu coragem, equilíbrio e serenidade.

Vossa Excelência soube responder a essas investidas com firmeza inabalável, mas também com elegância, cordialidade e a urbanidade que o caracteriza e sempre pautaram a sua vida pública. Mostrou que é possível ser rigoroso na defesa da

Constituição e do Tribunal sem abrir mão do respeito e do diálogo institucional.

A Presidência de Vossa Excelência entra para a história como a primeira vez em que um Chefe de Estado, ao lado de militares de alta patente, é condenado por golpe ou tentativa de golpe de Estado no Brasil. E esse é um fato que merece registro. Trata-se de um evento raríssimo, também em termos mundiais, dado o abalo que um julgamento de tal porte provoca nas instituições, como bem o sabemos. Com efeito, até então, apenas outros nove ex-Chefes de Estado haviam sido condenados por golpe de Estado após a Segunda Guerra Mundial. Esse é um dado que precisa ser registrado. Isso ocorre porque são poucos os juízes e tribunais que estão dispostos a arcar com o pesado ônus - no nosso caso, ainda mais pesado, dada a participação singular de forças externas, como vimos - decorrente do cumprimento do dever de aplicar a lei a ex-mandatários com um grande número de apoiadores.

Nós tivemos aqui, recentemente, um almoço na Presidência, Vossa Excelência há de se lembrar, com a presença do professor Levitsky. E ele dizia da singularidade da atuação deste Supremo Tribunal Federal. Ele, que é um connoisseur da realidade de múltiplos países, reconhecia a fortaleza institucional do Brasil. E, depois disso, houve por bem escrever, inclusive, um artigo em jornal americano destacando essa singularidade e essa fortaleza.

A democracia brasileira passou incólume por mais essa prova de fogo. O Supremo - é sempre bom frisar - conduziu o processo que levou à condenação dos réus do núcleo crucial da intentona golpista com tranquilidade e de maneira absolutamente - é bom que se frise - regular, com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. O mesmo ocorreu e vem ocorrendo em relação a todos os demais réus. E aqui, os meus encômios ao papel singular, diria eu, sem exagero, acho quase ou verdadeiramente heroico desempenhado pelo Ministro Alexandre de Moraes.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES:

Obrigado, Ministro Gilmar.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES:

Mas a sua presidência não ficará marcada apenas por esse processo, Ministro Barroso. Na seara dos direitos fundamentais, este Tribunal, sob sua direção, avançou em pautas de enorme relevância social. A proteção ao meio ambiente, a defesa da igualdade de gênero, a proteção das minorias, sempre sob a égide da dignidade da pessoa humana, foram itens recorrentes na pauta de julgamentos.

Decisões de enorme importância e impacto foram tomadas, dentre as quais destaco a descriminalização do porte da maconha para consumo pessoal, sem prejuízo do reconhecimento da ilicitude extrapenal da conduta; a definição de critérios para o fornecimento e para a concessão judicial de medicamentos não incorporados na política pública do SUS (Temas 6 e 1.234); a homologação parcial do plano de redução da letalidade policial apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro e a determinação de adoção de diversas medidas para sua complementação, dentre as quais eu destaco o plano

de retomada pelo Estado brasileiro de territórios atualmente ocupados por grupos criminosos, e a ordem de instauração de inquérito policial pela Polícia Federal para apurar indícios concretos de crimes com repercussão interestadual e internacional e violações de direitos humanos decorrentes dessas ocupações (ADPF 635), a ADPF das Favelas, da relatoria do Ministro Edson Fachin; e mais recentemente, uma das mais relevantes, dado seu profundo impacto no combate à prática reiterada e massiva de crimes da internet, o reconhecimento da responsabilidade das plataformas digitais por conteúdo de terceiros.

Diante desses avanços, Ministro Barroso, fica claro que a atuação de Vossa Excelência como presidente do Supremo foi o coroamento de toda a sua trajetória intelectual e profissional, pois concretizou o que Vossa Excelência escreveu e praticou ao longo de sua vida. Manteve firme sua fé no direito, em especial no direito constitucional, como instrumento de emancipação humana e de transformação social, uma convicção que vem desde os seus primeiros escritos e permeou toda a sua vida, inspirando seus alunos, leitores e admiradores. Vossa Excelência soube ainda conduzir as sessões com afabilidade e sobriedade, garantindo espaço ao diálogo franco e respeitoso entre os Ministros e também as divergências naturais em uma Corte plural de um Estado democrático.

Cabe aqui também, Ministro Barroso, um agradecimento sincero pelo tratamento sempre atencioso e prestimoso dado por Vossa Excelência e por sua equipe ao meu gabinete e aos gabinetes dos outros Ministros. Sempre que solicitado, o apoio foi imediato, cuidadoso e eficiente. Nesse constante trabalho em conjunto, nossos gabinetes criaram laços de amizade. Em nome da minha equipe, agradeço à sua, Ministro Barroso. Faço aqui menções em especial a Aline Osório, secretária-geral do Supremo, e Fernanda de Paula, chefe de gabinete, ao Marcelo Schettini, chefe da segurança, à Célia Regina, chefe do Cerimonial, à Trícia Navarro, juíza do Nusol, à Mariana Oliveira, chefe da Assessoria de Comunicação, à Natacha de Oliveira, diretora de TI, ao Roberto Doring, chefe da Assessoria Internacional, e à Carmen Lilian, assessora do Plenário. Senhor Presidente, nesta sessão que marca o desfecho de mais um ciclo neste Tribunal, vêm-me à memória todas as quatorze presidências que presenciei, incluindo a minha, claro, nos meus vinte e três anos de Casa. Cada gestão trouxe suas características próprias, seu estilo singular, suas marcas indeléveis, mas em todas elas ficou resguardada a Constituição e preservada a grandeza desta Corte, que se afirma, assim o aprendi, pela colegialidade, pela unidade na pluralidade, para utilizar o léxico hegeliano, e não por estrelismos e voos solo, que nem sempre, como sabemos, acabam bem.

Como eu já enfatizara em 2002, em minha sabatina no Senado Federal, e venho reafirmando em outras oportunidades, o Supremo Tribunal Federal é uma instituição maior do que a sua própria eventual composição. E tem um compromisso histórico com a institucionalidade.

Eu já disse isso em alguns momentos, que, de quando em vez, as soluções que são engendradas a partir de discussões, Ministra Cármen Lúcia, parecem que vieram de outro sistema ou de outro planeta. Elas vão sendo construídas a partir de

aprimoramentos de abordagens, e eu acredito que os nossos antecessores acabam nos inspirando. É isso que compõe a Corte. E isso vem de longe.

Em 1914, em seu discurso sobre o Supremo Tribunal Federal na Constituição Brasileira, portanto se referindo à Constituição de 1891, afirmava com a loquaz exatidão de sempre o inefável Rui:

"Erguida entre potestades tamanhas como barreira insuperável às demasias de parte a parte, a suprema justiça federal não poderia escapar sempre ao embate das irritações políticas, contrariadas, ora de um lado, ora de outro, pelo arbitramento dessa magistratura. De vez em quando uma lufada mais violenta se levanta contra ela. Por vezes o clamor político, ora dos governos, ora das maiorias, ora das classes contrariadas, lhe sopra derredor com a rjeza dos vendavais. Mas a grande instituição, a mais liberal e, ao mesmo tempo, a mais conservadora do regime, vai atravessando com serenidade essas inclemências passageiras."

Cem anos depois, o Supremo prossegue sereno, atravessando todas as inclemências, ainda que nem tão passageiras. E assim permanecerá, espero, pelos próximos cem.

Cabe observar, Presidente Barroso, que as instituições, em especial as Cortes Constitucionais, muitas vezes demonstram sua altivez e deveriam ser lembradas não somente pelo que elas logram fazer, pelos seus feitos, Ministra Cármen, mas pelo que elas logram evitar que se façam, mas pelos desatinos que elas logram evitar que se concretizem. E como nós sabemos, e hoje a história registra, esta Corte logrou evitar uma grande debacle.

Para encerrar, Senhor Presidente, é sabido que tempos difíceis formam homens fortes, mas eles também forjam relações fortes. E neste período conturbado da vida institucional do Tribunal, em que enfrentamos momentos desafiadores, unidos pelo compromisso comum de defender a Constituição, a democracia e o Supremo, consolidamos uma relação de admiração e respeito. Receba, pois, Ministro Barroso, o meu reconhecimento, o reconhecimento dos seus Pares, da comunidade jurídica e da sociedade brasileira, pelo seu trabalho devotado, pelo seu legado enorme que deixa para o país e pela forma corajosa, ativa e inabalável com que conduziu o Tribunal durante o maior assalto que ele sofreu na sua história recente. Seu estilo elegante, sua palavra assertiva e sua condição tranquila, mesmo em meio às tormentas, serão sempre lembrados. As futuras gerações saberão olhar - espero - para este período e reconhecer que este Tribunal e a democracia brasileira foram duramente provados. E, repito, também, em grande medida, graças à sua liderança, eles resistiram.

Muito obrigado.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Muito obrigado, Ministro Gilmar Mendes, e, ao ouvir as suas palavras gentis, carinhosas, com toda a humildade do mundo, lembrei de uma passagem do Ortega y Gasset, em que ele diz: entre o querer ser e o crer que já se é, vai a distância entre o sublime e o ridículo. Portanto, recebo com muita humildade. Mas há também um ditado judaico que diz que o excesso de humildade é a vaidade escondida. De modo que eu recebo, com muita alegria e gratidão, as suas palavras.

Passo a palavra ao querido amigo, Procurador-Geral da República, o Professor Paulo Gustavo Gonet Branco.

O SENHOR PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA):

Muito obrigado, Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente, Senhora Ministra Cármen Lúcia, Senhores Ministros, senhores advogados, senhores servidores, senhoras e senhores.

Ao termo do mandato de Vossa Excelência, Ministro Roberto Barroso, como Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, é dado distinguir, no plano do arrolamento de ações e do aquilatamento do seu significado, muito mais do que seria de esperar do estreito lapso de dois anos. Bastante da sua personalidade e dos valores que inspiram tantos feitos da trajetória profissional de Vossa Excelência está plasmado nas suas ações e gestos do período, para o bem das instituições e da causa, sempre propagada por Vossa Excelência, do avanço civilizatório que incumbe a cada geração consumir.

Nessa ordem de metas e realizações, ocorreu-me salientar algumas particularmente expressivas, que pude acompanhar em função da cadeira que ocupo ao seu lado. Há uma tônica facilmente perceptível nos votos, nas obras e nos gestos de Vossa Excelência que diz com a necessidade de permanente atenção para com as exigências decorrentes da máxima dignidade da pessoa humana. O tratamento com igual consideração e respeito a todas as pessoas foi certamente o parâmetro central das realizações deste biênio que se encerra. Essa igualdade na dignidade há de conduzir a igualdade no direito, perante o direito e diante das oportunidades que todos devem ter para desenvolver livremente a própria personalidade.

É preciso, por isso, distinguir as diferenças de modo de viver e de buscar a própria felicidade, decorrentes das opções livres de cada pessoa, de fatores físicos ou de constrangimentos sociais que devem ser desfeitos e compensados.

A atuação jurisdicional e administrativa de Vossa Excelência no período espelhou a coerência com a ilação que daí se extrai no sentido que o direito deve promover as condições para uma igualdade justa, aí se incluindo a proteção de quem escolhe modelo de vida diferente dos demais, sem, com isso, impactar negativamente o bem comum. Afinal, é para os que dissentem da vontade das majorias que os direitos fundamentais mais revelam a sua razão de ser.

A Presidência de Vossa Excelência propiciou que aspectos essenciais de pretensões de respeito à individualidade fossem iluminados em processos oportunamente pautados por Vossa Excelência.

Mais ainda, na administração do Judiciário e dos afazeres práticos do Supremo Tribunal, Vossa Excelência deu mostras de solicitude concreta com a necessidade de tratamento equânime das pessoas, buscando compensar desníveis de persistência injustificável.

Disso é exemplo o patrocínio de Vossa Excelência, no Conselho Nacional de Justiça, do regramento visando estabelecer o equilíbrio entre gêneros nas instâncias do Judiciário, além da firme disposição de torná-la de observância efetiva.

Da mesma forma, é isso o que se nota das indicações de Vossa Excelência de integrantes dos Conselhos Nacionais do Ministério Público e da Justiça, que, ao talento, associam o auspicioso acréscimo de ensejarem a participação ativa de pessoas pertencentes a grupos tradicionalmente sub-representados.

Inscreva-se, de igual sorte, no esforço meritório de Vossa Excelência por promover a igualdade devida, a atenção dada ao Princípio do Concurso Público, expressão elevada da opção do constituinte pela busca da eficiência dos serviços do Estado, com abertura a todos da chance de serem arregimentados para tanto.

Nesse sentido, é de ressaltar a importante ordenação, sob a sua liderança, pelo Conselho Nacional de Justiça, de providências de prevenção a desvirtuamentos dos concursos públicos da magistratura, concebendo uma etapa inicial unificada para todos os certames das Unidades da Federação em que os candidatos devem demonstrar conhecimentos jurídicos indispensáveis ao exercício da magistratura.

Mais ainda, fiel à trajetória de Vossa Excelência de empenho na realização mais extensa da igualdade real, Vossa Excelência também promoveu medidas de atuação material positiva desse valor estruturante do nosso modelo de Estado, estabelecendo combinação de medidas de ação afirmativa complementares, indo além do campo das cotas para provimento dos cargos da magistratura. Vossa Excelência conseguiu que fossem adotadas providências de financiamento de estudos para o bem das vocações obstadas de aflorar por desvantagens socioeconômicas estruturais.

Ocorre-me também assinalar que, sob a Presidência de Vossa Excelência, foi dado exemplar impulso ao aproveitamento pelo Judiciário dos, a um só tempo, inescapáveis e desafiadores recursos da informática, especialmente no que tange à inteligência artificial. Estivemos juntos em alguns eventos acadêmicos e profissionais em que se expuseram as virtualidades desse mundo de bits e bytes, onde também era enfatizada a prudência necessária para que não se incorra em algum desmedido fascínio pelas facilidades dos algoritmos. Essa matemática promissora não pode substituir os parâmetros de controle humano dependentes da sensibilidade da alma, estranha por definição aos limites das máquinas. Recordo-me, a esse propósito, do lançamento da Maria, sigla referente ao módulo de apoio para a redação com inteligência artificial, capaz de produzir resumos de votos, ementas, relatórios e exames preliminares. A rapidez proporcionada, e com segurança, é significativa.

Outra marca da sua gestão terá sido o aproveitamento dos recursos da internet para o bem. Sem perder de vista e sem deixar de denunciar e combater os fenômenos negativos de radicalização que as redes sociais vêm ensejando, Vossa Excelência lançou-se à tarefa de empregar os meios virtuais com o objetivo de divulgar informações construtivas e expandir o conhecimento do que se realiza na jurisdição do mais alto tribunal do país. Foram promovidas reuniões com blogueiros e influencers, concorridas e produtivas, lotando mais de uma vez este plenário com as cores bonitas da diversidade de ideias, perspectivas e histórias pessoais.

A gestão de Vossa Excelência teve o mérito de alargar as facilidades de acesso às decisões desta Corte, permitindo que, sem maior esforço, os interessados possam recuperar imagens e áudios de sessões antigas do Supremo Tribunal, por meio de sistema de busca amistoso até mesmo para o novato nas teclas e telas do espaço digital.

A renovada página da internet do Supremo é outro motivo de enaltecimento a Vossa Excelência por quem quer acompanhar a jurisprudência da Corte, tanto para o desenvolvimento de trabalhos profissionais como para o mais rente rastreamento acadêmico de pontos de debate.

Por sinal, a Presidência de Vossa Excelência também se destaca pela elevada convivência institucional com a comunidade acadêmica. Os diálogos intensos mantidos por Vossa Excelência com as inteligências brasileira e internacional puderam esclarecer ações, iluminar propostas, colher sugestões, amadurecer orientações e tornar mais visíveis os melhores desígnios que tornam o Supremo Tribunal Federal a instituição digna da admiração da cidadania que ela é.

Fui testemunha ainda do esforço da Presidência, neste biênio, por resolver pendências, algumas alongadas em anos de desgastes pessoais e financeiros, emperradas em nós processuais e custosas ao país e à eficácia da meta constitucional do célere desenlace de litígios.

A promoção de variantes inovadoras para a solução de disputas por meios consensuais igualmente se inscreve no rol das causas de apreço que a gestão de Vossa Excelência incute em todos os que a acompanharam. A mais notória, até por sua magnitude, terá sido o bilionário histórico Acordo de Mariana, em que o incentivo, a tenacidade e a criatividade de Vossa Excelência permitiram que se encerrassem desavenças que prometiam não ter fim. Eu mesmo fui testemunha e tomei parte de tantas outras ações concatenadas para a redução da litigância aos limites do estritamente inevitável.

Para melhor visão desses problemas multidisciplinares, de impactos multifacetados sobre a ordem jurídica, econômica e social, não se pode, tampouco, deixar de fazer referência ao impulso dado pela gestão de Vossa Excelência aos processos estruturais. De novo, ajustando a jurisdição às incríveis complexidades da vida contemporânea.

De certo que os cronistas deste biênio saberão descortinar os benefícios para o país do empenho constante, dos dons de perspicácia, engenho e garra demonstrados por Vossa Excelência neste tão empreendedor mandato.

Não poderia encerrar esta manifestação, porém, sem um derradeiro testemunho do que vivenciei no seu biênio, Presidente Roberto Barroso. Refiro-me a sua atuação diligente e operosa para viabilizar o julgamento dos processos criminais dos réus dos crimes contra o Estado Democrático de Direito. Vossa Excelência prestou todo o apoio e contribuiu significativamente para que a justiça fosse feita com segurança e propriedade e com a agilidade que o constituinte preconizou.

Vossa Excelência, que já havia votado pela condenação dos agentes da desordem de 8 de janeiro, arrostando ameaças rudes e torpes quando no julgamento dos que foram condenados como agentes cruciais da certificada tentativa de golpe

contra as instituições democráticas.

Não será esquecida, nem suficientemente exaltada, a sua presença no encerramento da memorável sessão da Turma, com o que Vossa Excelência exprimia o alinhamento solidário com os que eram objeto de vis ataques e ameaças por serem fiéis ao que lhes impunha a convicção que haviam formado.

Por tudo isso, Presidente Roberto Barroso, receba, por favor, as homenagens da Procuradoria-Geral da República.

Muito obrigado.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Muito obrigado.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, fará uso da palavra o Doutor Marcos Vinícius Furtado Coêlho, Presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais. Vossa Senhoria tem a palavra.

O SENHOR MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB):

Excelentíssimo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Roberto Barroso; Excelentíssima Ministra Cármen Lúcia e Excelentíssimos Ministros, todos dignos, honrados, componentes do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, humanista, Doutor Gonet; Excelentíssima Secretária, na pessoa de quem saúdo todos os servidores do Judiciário; colegas Advogadas e colegas Advogados; Excelentíssimo Senhor Advogado-Geral da União.

Em nome do Conselho Federal da OAB, dirijo palavras em homenagem a um jurista cuja trajetória se confunde com a própria evolução do direito constitucional brasileiro nas últimas décadas, o Ministro Luís Roberto Barroso.

Falo como alguém que teve a honra e a responsabilidade institucional, na época que presidia a OAB, de acompanhar a sabatina de Vossa Excelência no Senado Federal quando de sua indicação a esta Corte. Ocasão em que pude testemunhar a firmeza de suas convicções, a profundidade de suas ideias e a elegância de seu compromisso com a Constituição.

Naquele momento, já estava claro para todos nós que o Supremo Tribunal Federal receberia um Ministro à altura dos maiores nomes que por ali passaram. E o tempo, sempre soberano, apenas confirmou o que muitos de nós já sabíamos.

Antes mesmo da toga, o Ministro Luís Roberto Barroso já construía pontes sólidas entre o Direito e a Justiça. Como advogado constitucionalista, levou ao Supremo Tribunal Federal teses inovadoras, corajosas e profundamente comprometidas com os direitos fundamentais. Sua atuação era e continua sendo marcada por uma linha de coerência: a defesa intransigente da dignidade da pessoa humana e da supremacia da Constituição.

Já havia contribuído para a história da advocacia brasileira, tendo integrado a Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB, espaço em que brindou a classe com pareceres jurídicos que se tornaram verdadeiros marcos. Entre eles, destaco, com especial apreço, o parecer que reconheceu a constitucionalidade do exame de ordem, instrumento que resguarda a qualidade do exercício da advocacia no Brasil. Sua atuação sempre esteve alinhada aos valores mais fundamentais da OAB: a defesa da democracia, da cidadania e do Estado de Direito. E é por isso que afirmo, sem hesitar, que a trajetória de Vossa Excelência é motivo de especial orgulho para a Ordem dos Advogados do Brasil.

Na academia, sua influência é igualmente indelével. Por meio da docência e de uma produção intelectual profícua e inspiradora, formou gerações de juristas, despertando em cada um deles o senso de responsabilidade transformadora que o Direito deve carregar.

Não há como falar do ensino jurídico do Brasil sem mencionar sua obra seminal, O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas. Essa obra não apenas consolidou uma nova compreensão sobre o papel da Constituição, como também reforçou a ideia de que normas constitucionais não são meras promessas políticas, mas comandos jurídicos vinculantes capazes de mudar realidades e proteger vidas. Esta é talvez uma das maiores contribuições de Vossa Excelência: transformar o Texto constitucional em experiência concreta de cidadania.

Em tempos de ruídos democráticos, Vossa Excelência foi voz serena e firme. Em meio a tensões institucionais, foi âncora de equilíbrio. E, quando necessário, foi escudo da República, resguardando a soberania do país e a independência da jurisdição, seguido por todos os seus Pares que compõem este Supremo Tribunal Federal. Aqui faço, desde logo, uma destacada homenagem ao Ministro Alexandre de Moraes.

Sua gestão foi pautada por três eixos fundamentais que merecem ser destacados: conteúdo, comunicação e relacionamento. O eixo do conteúdo mostrou o Judiciário mais eficiente, atento à pauta dos direitos fundamentais e também ao desenvolvimento econômico, social e sustentável do Brasil.

No eixo da comunicação, destaco a sua liderança na criação do pacto nacional pela linguagem simples, além de medidas para evitar o uso excessivo de jargões jurídicos. O objetivo era claro: tornar as decisões do Supremo Tribunal Federal compreensíveis ao cidadão comum, porque tornar o direito acessível não é apenas simplificar a Justiça, é democratizá-la.

Já no eixo do relacionamento, a marca foi a abertura para o diálogo com a sociedade. Como Vossa Excelência bem o disse, na vida, devemos ser janela e não espelho, olhar para o outro e não apenas para si mesmos. Uma lição de humanidade e empatia, que resume a sua visão de mundo e de serviço público.

Vossa Excelência também deu continuidade a uma importante política de valorização dos métodos consensuais de resolução de conflitos, fortalecendo a cultura da paz e do diálogo. Com visão de futuro, investiu na modernização institucional, no uso da inteligência artificial nas atividades da Corte e no fortalecimento da presença do Supremo Tribunal Federal nas redes sociais. São avanços que aproximam o Judiciário do século XXI.

O Ministro Barroso esteve à altura do desafio desta quadra histórica. Não cedeu à pressão, não se curvou ao populismo, nem se deixou capturar pelos extremos. Soube ser firme sem ser duro, tolerante sem ser frágil, humano sem ser ingênuo.

A defesa da independência do Judiciário, da soberania do Brasil e da democracia constitucional foi efetuada por Vossa Excelência com impecável qualidade e total devoção. E talvez por isso sua voz tenha sido tão necessária. Uma voz que lembra, com clareza moral, que os direitos humanos não são causas progressistas; são as causas da humanidade, da dignidade, do respeito e da consideração por todas as pessoas.

O Ministro Barroso sempre acreditou que a Constituição não é um livro a ser contemplado, mas um projeto de País a ser realizado. E realizou como Advogado, como Professor, como Ministro e, sobretudo, como cidadão comprometido com o Brasil, assim como tem sido a conduta de todos os seus Pares, que honram o Supremo Tribunal Federal.

Permitam-me encerrar com uma reflexão. O que define um verdadeiro jurista não é apenas o conhecimento técnico ou a habilidade retórica; é, antes de tudo, a sua capacidade de inspirar os outros a acreditarem na Justiça como um valor civilizatório.

Ministro Barroso, Vossa Excelência inspirou e continuará a inspirar muitos de nós. Em nome da Advocacia brasileira, receba a mais profunda admiração e gratidão.

Muito obrigado.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Muito obrigado, Doutor Marcus Vinícius Furtado Coêlho, pelas palavras gentis.

Ouviremos agora o Excelentíssimo Senhor Advogado-Geral da União, Ministro Jorge Messias.

O SENHOR JORGE MESSIAS (ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO):

Excelentíssimo Senhor Presidente, Ministro Luís Roberto Barroso; Excelentíssima Senhora Ministra Cármen Lúcia; Excelentíssimos Senhores Ministros desta Suprema Corte; Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República.

A minha palavra é breve, Presidente Barroso, e vem do coração. De forma muito sintética, pode-se definir como gratidão. Como brasileiro, como Advogado, como servidor público, venho aqui expressar a minha gratidão pelos dois anos de sua gestão à frente desta Suprema Corte.

Não foram tempos fáceis. Foram dias difíceis. Sou testemunha, Ministro Cristiano Zanin, de que, nesses dois anos, talvez, na República recente, tivemos o período mais desafiador, em que nossas instituições, Ministro Alexandre, foram testadas à exaustão. E elas foram testadas de diversas formas, em várias dimensões.

Existe uma questão central que tomou todo o período da gestão de Vossa Excelência. Quero dizer que a República, que o País demonstrou ao seu povo uma grande coragem, uma grande determinação e uma grande convicção. Foi o período mais importante em que nós nos juntamos, como sociedade, para defender a nossa democracia. Nisso, quero dizer que o País foi vencedor, e somos gratos a Vossa Excelência por ter, à frente desta Suprema Corte, como chefe maior e representante do Poder Judiciário, liderado o Judiciário Nacional com a coragem que lhe é peculiar. A coragem que define, Ministro Flávio Dino, a magistratura que Vossa Excelência resolveu abraçar desde cedo, como servidor e Juiz Federal da Primeira Região. Mas também, Ministro Barroso, é preciso destacar que só a coragem não era suficiente, foi necessária também a lealdade à Pátria. Lealdade que só os verdadeiros patriotas puderam demonstrar nesse período.

E finalizo dizendo que, para esta vitória, é preciso fazer uma referência muito especial à condição própria de servidor em que o Ministro Alexandre de Moraes, ao longo de toda a sua vida pública, se colocou, e também à sua coragem, demonstrada a todos nós, para enfrentar, Ministro Alexandre, este período mais difícil da República, sem se intimidar, como se requer de todo magistrado.

Mas eu quero dizer que isso só foi possível porque Vossa Excelência ostenta uma qualidade essencial que dignifica a sua pessoa e dignificou a sua presidência, que é o humanismo. Eu tenho certeza de que Vossa Excelência, quando foi à Terra Yanomami, nossos indígenas em Roraima, esse território brasileiro que durante tanto tempo ficou esquecido, esses brasileiros, Ministra Cármen Lúcia, que foram abandonados por muito tempo, eles foram salvos graças à determinação, à coragem e à decisão desta Suprema Corte. Eu tenho certeza que Vossa Excelência, que passou por um período tão difícil defendendo a democracia, defendendo a separação de Poderes, mas também a harmonia ao conciliar, sob a relatoria do Ministro Flávio Dino, um tema difícilíssimo, que foi o tema das emendas parlamentares, conduzindo, sob a liderança do Ministro Alexandre, um julgamento em que demonstrou ao mundo a higidez da nossa democracia, o senhor, tenho certeza, que se viu verdadeiramente vitorioso ao olhar nos olhos daqueles indígenas brasileiros e ter visto ali que há esperança para o nosso Brasil.

O nosso povo é muito generoso. E eu quero dizer a Vossa Excelência que, como brasileiro, como advogado e como servidor, portanto, Ministro Fachin - a quem desejo desde já muito sucesso -, sou grato a todo o período que Vossa Excelência se dedicou na condição de líder do nosso Poder Judiciário nacional. Portanto, finalizo com a minha gratidão. Muito obrigado, Presidente Barroso. Um abraço a todos.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Muito obrigado, Ministro Jorge Messias. Eu termino a sessão com algumas breves reflexões, breves máximas que têm me inspirado ao longo da vida e do caminho, e para concluir com o meu desejo para o Brasil.

A primeira delas, que eu considero importante nesse nosso ambiente, é uma passagem do Calamandrei, conhecida de quem é do ramo, mas que é sempre bom reavivar:

Para encontrar a justiça é necessário ser-lhe fiel. Ela, como todas as divindades, só se manifesta para quem nela crê.

Segunda máxima que eu acho importante e que me inspira na vida é que, com boa-fé e com boa vontade, quase tudo é possível nessa vida.

Terceira: ninguém é bom demais, ninguém é bom em tudo e, sobretudo, ninguém é bom sozinho. E quem vive num colegiado sabe bem disso. Na verdade, nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos. E acho que isso foi o que deu ao Supremo a força para fazer a importante resistência que nós conseguimos fazer ao lado da sociedade civil, da imprensa e de múltiplos segmentos da sociedade.

Outra coisa é que, quem tem filhos bem sabe, os filhos não prestam nenhuma atenção no que nós falamos, os filhos prestam atenção no que nós fazemos. Porque, verdadeiramente, nós, na vida, ensinamos é sendo.

Nós estamos no início do Ano Judaico de 5.786, Shaná Tová Umetuká. Mas eu faço essa referência porque eu acho que nós estamos precisando viver um novo recomeço, um novo tempo de esperanças no Brasil, e conseguirmos, finalmente, essa pacificação que todo mundo deseja. Pacificação não significa as pessoas renunciarem às suas convicções, aos seus pontos de vista, à sua ideologia. Pacificação tem a ver só com civilidade, a ver com a capacidade de respeitar o outro na sua diferença e compreender que quem pensa diferente de mim não é meu inimigo, é meu parceiro na construção de uma sociedade aberta, de uma sociedade plural.

Há uma passagem boa do Vinícius de Moraes em que ele diz: bastar-se a si mesmo é a maior solidão. Portanto, o que nos completa é o outro na sua diferença e na nossa capacidade de respeitá-lo sem precisar abdicar das suas próprias convicções.

Acho que isso se perdeu muito no Brasil, no mundo, mas no Brasil, e nós precisamos recuperar a capacidade de discutir e de debater com ideias e com argumentos, sem precisar desqualificar a outra pessoa, sem essa ideia equivocada de que quem pensa diferente de mim só pode ser um cretino completo a serviço de alguma causa escusa.

A vida não é assim. A vida é feita da convivência de pessoas que pensam de maneira diferente.

Eu gostaria de concluir a minha gestão com uma imagem que eu utilizei na minha sabatina, e que eu acho que é uma boa imagem para viver a vida.

Nós, na vida, estamos sempre nos equilibrando. Viver é andar numa corda bamba. E estamos sempre sujeitos a errar. E nos equilibramos, inclinamos um pouco para um lado, inclinamos um pouco para o outro, e vamos seguindo na corda bamba. Às vezes, quando tudo vai muito bem, a plateia tem a impressão de que estamos voando. E a vida é feita de algumas ilusões, mas o equilibrista, que somos todos nós, tem que saber que está se equilibrando, porque, se passar a acreditar que está voando, cai. E, na vida real, não há redes.

Portanto, a jurisdição constitucional, que nós prestamos, eu creio que deve ser exercida da mesma forma com que eu penso que a vida deve ser vivida: com integridade - muito importante -, com civilidade, com idealismo, com bom humor - sempre que possível -, mas, sobretudo, com humildade.

E é com esse sentimento que eu encerro a minha Presidência, agradecendo a todos.

Está encerrada a Sessão.

Brasília, 9 de outubro de 2025.

Carmen Lilian Oliveira de Souza

Assessora-Chefe do Plenário

Publicado no DJE/STF,
em 10/10/2025.

Este texto não substitui a publicação oficial.